

ANEXO 2

LISTA DE ACERVO ARQUIVÍSTICO

Abaixo está uma seleção de documentos realizada pela Coordenação de Arquivo (COARQ). Os documentos que possuem um link já se encontram disponíveis no Arquivo Digital do Senado Federal; já os demais precisam ser digitalizados, e deverão ser feitas réplicas para uso na exposição. Esse processo de digitalização deve ser realizado junto ao Serviço de Pesquisa e Difusão do Acervo (SEPDIF), por meio do e-mail arquivo@senado.leg.br.

SEDES	ASSUNTO	SUGESTÕES DE DOCUMENTOS
Palácio Conde dos Arcos (1826-1924)	Escravidão	<ul style="list-style-type: none"> - Projeto da Lei Eusébio de Queirós (https://atom.senado.leg.br/index.php/c470-1002-autografo-18500820-numero-055-pdf); - Lei do Ventre-Livre (https://atom.senado.leg.br/index.php/autografo-princesa-isabel-18710927-167-pdf-2); - Processo Legislativo da Lei Áurea (https://atom.senado.leg.br/index.php/1888-projeto-de-lei-da-extin-o-da-escravid-o-no-brasil)
	Regência	<ul style="list-style-type: none"> - Mensagem de Abdicação de Dom Pedro I; - Nomeação de José Bonifácio como tutor de Dom Pedro II; - Ata da sessão realizada em 08/04/1831 onde foi lida o projeto de abdicação; - Fala de Abertura da Sessão Ordinária de 1831: Apresentação da abdicação voluntária do ex-Imperador D. Pedro I em favor de D. Pedro II, infante; Convocação dos artigos 123 e 124 da Constituição do Império acerca eleição da Regência Provisória de três membros; Regeneração Nacional (https://atom.senado.leg.br/index.php/fala-de-abertura-da-sess-o-ordin-ria-de-1831)
	Termos de Posse	Termos de Posse dos Presidentes entre 1889 e 1924



		<ul style="list-style-type: none"> - Ata da Primeira Sessão Preparatória (https://atom.senado.leg.br/index.php/ata-da-1-sess-o-preparat-ria-do-dia-29-04-1826-4); - Abertura da Assembleia Geral (https://atom.senado.leg.br/index.php/ata-da-sess-o-imperial-de-abertura-da-assembleia-geral-legislativa-do-dia-06-05-1826); - Fala do Trono 01 de 1826: Fala do Trono de Abertura da Sessão Ordinária da Assembleia Geral Legislativa do Império para o ano de 1826. Assuntos tratados por D. Pedro I no discurso: cita a emoção de ter pela segunda vez de estar entre os Parlamentares; dissolução da Assembleia Constituinte em 12-11-1823 pelo Imperador Pedro I; promessa de elaborar um Projeto de Constituição(...) (https://atom.senado.leg.br/index.php/ft-001-1826-pdf)
	Constituição	Constituição de 1891
	Liberdade de expressão (ou de imprensa)	Projeto de Resolução da CD 1827 (Livro de Proposições da Câmara dos Deputados 1826-1832. Folha 28)
	Questão Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> - Projeto de Lei de 1830 (Comercialização de Pau Brasil); - Projeto de Resolução de 1830 (Declarando reservadas a peroba e a lacurana e dando outras providências sobre cortes de madeira); - Autógrafo da Resolução de 1830 (Estabelecimento de um Jardim Botânico na Cidade de São Luiz do Maranhão); - Autógrafo da Resolução de 1830 (sobre a Reserva das Espécies Parobas e Lucuranas); - Ofício de 1852 (Comunicando a Câmara a decisão do Imperador de conceder dois privilégios de construção e exploração de estradas de ferro, uma em Pernambuco e



	<p>outra em Minas. Em anexo, as condições das concessões);</p> <ul style="list-style-type: none"> - Requerimento de 1856 (Solicita do Governo Imperial inúmeras informações como: Exploração dos rios Tibagi, Paranapanema, Paianá, estradas, relatórios de viagens e etc.); - Emenda de 1858 (Privilégio de lavrar minas de carvão de pedra e explorar outras, na província do Rio Grande do Norte, ao Barão de Mauá e outros); - Ofício de 1864 (Ofício Encaminhando ao Senado expediente da Câmara que autoriza o governo a mandar proceder exploração dos rios Xingu, Tapajós, Purús, Papuru, Iça, Negro, etc.); - Ofício de 1865 (Exploração das minas de carvão às margens do rio Jaguarão na província do Rio Grande do Sul); - Ofício de 1867 (Exploração de ouro no Rio das Mortes); - Ofício de 1868 (Privilégio para exploração de ouro prata e outros minerais); - Projeto de 1884 (Crédito especial ao Ministro da Agricultura Comércio e Obras Públicas, para contratar um profissional com o fim de estudar as jazidas de fosfato em Fernando de Noronha.); - Parecer 174/1910 (Parecer aprovando a emenda oferecida pela Comissão de Obras Públicas e Empresas Privilegiadas à Proposição da Câmara dos Deputados nº 39/1910, que trata da exploração metódica e proveitosa ao país, das ricas jazidas de minério de ferro); - Ofício 41/1916 (Encaminha ao Presidente da Comissão de Finanças do Senado Federal, informações sobre jazidas de carvão de pedra Nacional para fins de combustível, nos diversos serviços)
Anistia e Guerras Civis	<ul style="list-style-type: none"> - Indicação 7/1910 (Votos de Congratulações do Senado à Marinha brasileira pela atitude correta, pelo heroísmo dos oficiais da nossa esquadra que morreram em cumprimento do dever na recente sublevação naval. Revolta da Chibata);



		<ul style="list-style-type: none"> - Projeto 50/1910 (Concede anistia aos insurretos de posse dos navios da Armada Nacional que dentro do prazo estabelecido pelo Governo se submeterem às autoridades constituídas. Revolta da Chibata)
	Planta	Planta do Palácio Monroe
	Anistia e Guerras Civis	<ul style="list-style-type: none"> - Projeto 4/1927 (Concede anistia geral e plena aos civis e militares envolvidos em conspirações e revoluções, no território nacional, desde 1922); - Projeto 105/1927 (Anistia de civis e militares que se envolveram nos levantes de 1922 para todos os efeitos, exceto quanto à percepção de gratificação); - Projeto 60/1929 (Concede anistia ampla a todos os militares e civis envolvidos em crimes políticos ou militares desde 1915)
	Voto	Abaixo assinado Bertha Lutz (1927)
	Termos de Posse	Termos de Posse dos Presidentes entre 1925 e 1960
Palácio Monroe (1925-1960)	Brasília	<ul style="list-style-type: none"> - Parecer 155/1892 (Aprecia o requerimento de Francisco Gonçalves de Siqueira, propondo-se a construir uma nova cidade para ser a Capital da República, entre a Ilha do Governador, Cascadura e Jacarepaguá. A Comissão é de parecer que o assunto do Suplicante não seja tomado em consideração); - Proposição 55/1892 (Autoriza o Governo a abrir no corrente exercício, crédito de 200:000\$ ao Ministério da Indústria, para ocorrer às despesas com a continuação dos estudos da Nova Capital, no Planalto Central.); - Projeto 30/1905 (Dispõe em 12 artigos, a mudança da Capital Federal, como preceitua o art. 3º da Constituição da República, para o lugar já denominado no



		<p>Planalto Central, devendo ser instalada até 1921.);</p> <ul style="list-style-type: none"> - Proposta s/n/1922 (Proposta da Mudança da Capital Federal para o Planalto Central); - PLC 171/1950 (Autoriza o Poder Executivo a realizar estudos definitivos sobre a localização da Nova Capital da República); - PRS 9/1953 (Dispõe sobre a construção de edifício para o Senado, apresentado pela Comissão Diretora); - PLC 191/1956 (Dispõe sobre a mudança da Capital Federal e dá outras providências); - PLC 209/1957 (Fixa a data da mudança da Capital Federal, e dá outras providências); - PRS 6/1960 (sobre a destinação do Palácio Monroe)
	Constituições	<ul style="list-style-type: none"> - Constituição de 1934; - Constituição de 1946
	Liberdade de expressão (ou de imprensa)	<ul style="list-style-type: none"> - PLC 346/1949 (Regula a liberdade de imprensa);
	Questão indígena	<ul style="list-style-type: none"> - PLS 5/1950 (Cria o Conselho Nacional de Proteção aos Índios, subordinado diretamente ao Presidente da República);
	Redemocratização de 1985	<ul style="list-style-type: none"> - PEC 43/1985 (https://atom.senado.leg.br/index.php/msg-49-de-1985-1); - Mensagem 48/1985 (https://atom.senado.leg.br/index.php/msg-49-de-1985-1); - Mensagem 49/1985 (https://atom.senado.leg.br/index.php/msg-49-de-1985-1); - Constituição de 1988
	Termos de Posse	Termos de Posse dos Presidentes de 1960 em diante



Palácio do Congresso Nacional (1960-)	Questão indígena	<ul style="list-style-type: none"> - PLS 156/1963 (Instituição do Dia Nacional do Índio); - PLC 8/1973 (Dispõe sobre o Estatuto do Índio) - PLS 260/1989 (Dispõe sobre a demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios); - PLS 637/1999 (Autoriza o Poder Executivo a transformar a Fundação Nacional do Índio - FUNAI em Agência de Proteção e de Desenvolvimento indígena – APODI)
	Liberdade de expressão (ou de imprensa)	<ul style="list-style-type: none"> - PDS 5/1963 (Concede anistia aos jornalistas e aos demais incursos em delitos de imprensa); - PLS 59/1974 (Dispõe sobre a divulgação de crime pela imprensa); - PLS 155/1985 (Revoga dispositivo da lei de imprensa, com vistas a excluir a possibilidade de apreensão de periódicos por ato do Ministro da Justiça); - PLC 60/1988 (Estabelece, em todo o país, a data e 1º de junho de cada ano para as comemorações do dia da imprensa); - PLS 173/1991 (Dispõe sobre a liberdade de imprensa, de opinião e de informação, disciplina a responsabilidade dos meios de comunicação e dá outras providências); - PL 2896/2004 (Institui o dia 10 de setembro como o Dia Nacional do Assessor de Imprensa)
	Anistia	<ul style="list-style-type: none"> - PLS 20/1979



		<p>Idoso</p> <ul style="list-style-type: none"> - PLS 372/1979 (Concede abono anual aos idosos e inválidos); - PLS 79/1984 (Institui contribuição sobre os prêmios de seguros e de acidentes pessoais, para fim de amparo aos idosos); - PLS 309/1985 (Autoriza o Poder Executivo a criar a Fundação Nacional do bem-estar do idoso – FUNABEI); - PLS 220/1986 (Dispõe sobre a construção de cidades de idosos); - PLS 115/1988 (Regula a concessão do benefício mensal de um salário-mínimo a pessoa portadora de deficiência e ao idoso); - PLS 56/1989 (Concede o benefício de um salário-mínimo aos portadores de deficiência e aos idosos); - PLS 70/1989 (Disciplina a prestação de assistência social a pessoas idosas, por entidades públicas ou privadas); - PLS 339/1989 (Concede, ao idoso e ao deficiente físico ou mental, o benefício da percepção de uma salário-mínimo mensal); - PLS 112/1990 (Dispõe sobre a política nacional do idoso e cria o Conselho Nacional do Idoso); - PLC 10/1989 (Dispõe sobre a gratuidade de transporte e idosos); - PLS 513/1999 (Institui o Dia Nacional do Idoso); - PLC 105/2000 (Dispõe sobre o atendimento preferencial ao idoso nas unidades vinculadas ao Sistema Único de Saúde)
	<p>Questão ambiental</p>	<ul style="list-style-type: none"> - PLC 60/1975 (Projeto de Lei que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos (https://atom.senado.leg.br/index.php/1996-projeto-de-lei-que-institui-a-pol-tica-nacional-de-recursos-h-dricos)); - PLS 1/1995 (Dispõe sobre os instrumentos de preservação da diversidade e da integridade do patrimônio genético do País e dá outras providências); - PDS 164/2002 (Aprova o texto do Protocolo de Quioto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, aberto a assinaturas na cidade de Quioto, Japão, em 14 de dezembro de 1997,



		<p>por ocasião da Terceira Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima / https://atom.senado.leg.br/index.php/pds-164-2002-pdf);</p> <p>- PLS 377/2003 (Dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sua conservação e dá outras providências)</p>
	Questão racial	<p>Lei Afonso Arinos (Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 21 de 1951, também conhecido como “Lei Afonso Arinos”, inclui entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de cor (https://atom.senado.leg.br/index.php/doc-copia-integral-de-processo-sf230149993531-20230331-pdf;isad?sf_culture=fr)</p>

